

Rolim
Goulart
Cardoso

Boletim ESG

Principais
notícias e
avanços

Julho de 2024



Responsáveis:

Maria João Rolim
Thiago Pastor A. Pereira
Luis Gustavo Miranda
Paulo Teixeira Fernandes
Marcus Vinícius N. Vaz
Vivian Marcondes
Amanda A. Alves Pacheco

Boletim ESG

*Principais notícias e avanços
Julho de 2024*

Este boletim destaca os recentes avanços e discussões em questões ambientais, sociais e de governança relevantes para empresas de todos os setores.

Para obter mais informações sobre esse cenário empresarial e jurídico em evolução, recomendamos que você entre em contato com os advogados do **Rolim Goulart Cardoso** em [nossa página de prática ESG](#).

Boa leitura.



Índice

Âmbito Nacional

I. Governo Federal sanciona lei para adaptação às mudanças climáticas	4
II. Governo Federal publica regulamentação da lei de incentivo à reciclagem.....	6
III. BC realizou 1ª consulta pública para regulamentações de informações sobre risco ESG	7
IV. Governo mantém imposto para inibir importação de resíduos de papel, plástico e vidro	8

Âmbito Internacional

I. GRI lança novo serviço para ajudar empresas a cumprirem com padrões de relatório de sustentabilidade da UE.....	9
II. Presidente da comissão da UE promete novo acordo para desenvolvimento de indústrias descarbonizadas	10
III. ESMA orienta empresas a se prepararem para novos requisitos de relatórios de sustentabilidade da CSRD.....	11
IV. OEA adota declaração de Assunção para eliminar violências e combater mudança climática.....	13
V. Pesquisa mostra que negociadores de M&A estariam dispostos a pagar prêmio por empresas com alta maturidade em ESG	14

Outras Notícias Interessantes

I. Estudo da MSCI conclui que classificações ESG mais altas reduzem custo de capital para empresas	16
II. 3M Investe em empresa de tecnologia de hidrogênio verde, Ohmium.....	16
III. ONU alerta: o mundo não está cumprindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	17
IV. No G20, Brasil endossa criação de 18º ODS para combater discriminação racial	17
V. CVM divulga comunicado do GAFI/FATF sobre países com potencial risco ao sistema financeiro	17
VI. Relatório do Pnud aponta oportunidades em justiça, tecnologia e resiliência	18
VII. BNDES projeta R\$ 32 bilhões em investimentos do Fundo Clima em dois anos	18
VIII. China suspende produção de aço à base de carvão pela primeira desde 2020	19
IX. Paraná estende prazo de inscrição de empresas para o comitê público-privado de ESG.....	19



Âmbito Nacional

I Governo Federal sanciona lei para adaptação às mudanças climáticas

O Governo Federal sancionou, em 27 de junho, a Lei nº 14.904 que estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas.

Segundo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a “adaptação à mudança do clima relaciona-se ao processo de ajuste de sistemas naturais e humanos ao comportamento do clima no presente e no futuro. Em sistemas humanos, a adaptação procura reduzir e evitar danos potenciais; ou explorar oportunidades benéficas advindas da mudança do clima. Em sistemas naturais, a intervenção humana busca apoiar o ajuste destes sistemas ao clima atual e futuro e seus efeitos”.

Nesse sentido, a nova Lei visa implementar medidas para reduzir a vulnerabilidade e a exposição de sistemas ambientais, sociais, econômicos e de infraestrutura aos efeitos adversos das mudanças climáticas, tanto atuais quanto previstos.

O plano nacional de adaptação estabelecerá diretrizes para planos estaduais e municipais, assegurando prioridade de apoio aos municípios mais vulneráveis

e expostos a ameaças climáticas. A Lei fomenta consórcios intermunicipais e arranjos regionais para a implementação das medidas previstas.

Os planos estaduais, distrital e municipais deverão identificar, avaliar e priorizar medidas para enfrentar desastres naturais recorrentes, minimizar perdas e danos e promover a resiliência dos sistemas afetados. A nova Lei destaca a importância da sinergia entre a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e outras estratégias nacionais de segurança de infraestruturas críticas.

Por integrar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, os planos poderão utilizar financiamento do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC). A Lei atualiza a utilização do FNMC para financiar a elaboração e implementação de planos municipais de adaptação às mudanças climáticas ou de planos municipais de mudança do clima que incluam o componente de adaptação.

Além disso, a legislação incentiva a adaptação do setor agropecuário, o uso de soluções baseadas na natureza e a promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para a adaptação às mudanças climáticas.

A nova Lei vem claramente em resposta aos impactos observados no país em decorrência das mudanças climáticas - a seca do Rio Negro no estado do Amazonas em 2023; as enchentes, perdas de energia em mais de 300 mil imóveis, e mortes na cidade de São Paulo após as fortes chuvas no fim de 2023; e o desastre climático do Rio Grande do Sul este ano com enchentes e alagamentos que atingiram por volta de 2 milhões de pessoas, além das centenas de mortes - e a necessidade de adaptar nossa economia aos eventos climáticos extremos que irão ocorrer com mais frequência.

Importante destacar que a necessidade de promoção de medidas de adaptação independe dos esforços de redução de emissão de gases de efeito estufa (mitigação), uma vez que a ocorrência de algum nível de mudança do clima é inevitável. Assim, a criação de medidas de adaptação representa uma estratégia essencial para a redução da severidade do impacto e dos custos da mudança do clima atual e futuro.



II Governo Federal publica regulamentação da lei de incentivo à reciclagem

No dia 10 de julho, foi publicado o Decreto 12.106/24, regulamentando o incentivo fiscal à cadeia produtiva da reciclagem estabelecido na Lei de Incentivo à Reciclagem (LIR - Lei nº 14.260). A LIR, também conhecida como “Lei Rouanet da reciclagem”, busca incentivar essa atividade por meio de benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que desejam investir em projetos que estimulem a cadeia produtiva da reciclagem.

Com a regulamentação da Lei, o Governo Federal anunciou a concessão de R\$ 300 milhões em incentivos tributários para cooperativas de catadores. Essa ação, em colaboração entre o Ministério da Fazenda e o Ministério do Meio Ambiente, visa fortalecer e estruturar cooperativas e associações de catadores, essenciais para a reciclagem e a transformação ecológica.

A regulamentação da LIR entra como parte do Plano de Transformação Ecológica. Lançado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP28), o Plano foi apresentado como uma proposta dos países em desenvolvimento para promover o desenvolvimento sustentável e repensar a globalização. Com custo estimado entre US\$ 130 bilhões e US\$ 160 bilhões por ano, o plano pretende estimular investimentos que melhorem o meio ambiente e reduzam as desigualdades.

A LIR também criou o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecicle) e os Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle). Matias Rebello Cardomingo, do Ministério da Fazenda, afirmou que essas medidas apoiam a transição para uma economia circular.

A mudança do modelo de produção linear para uma economia circular promove a utilização eficiente de recursos naturais e a implementação de práticas sustentáveis ao longo da cadeia produtiva. Esse novo modelo diminui a poluição e a geração de resíduos, reduz a dependência de recursos naturais, incentiva a produção e o consumo sustentáveis, e minimiza o impacto climático e ambiental ao longo do ciclo de vida dos produtos e materiais. O objetivo é manter os materiais em seu valor máximo durante toda a sua circulação, favorecendo uma transformação ecológica justa e inclusiva.

III BC realizou 1ª consulta pública para regulamentações de informações sobre risco ESG

O Banco Central concluiu a primeira das consultas públicas para atualizar o regramento de divulgação de informações de riscos ESG das instituições financeiras.

O objetivo do órgão é estruturar uma regulamentação que defina as informações quantitativas que deverão ser publicadas pelas instituições financeiras, como as exposições de risco por setor, metas e a definição dos indicadores que serão utilizados no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC).

A consulta pública foi feita em formato de tomada de subsídios, por meio de questões abertas que foram apresentadas ao mercado pelo BC. Dentre elas, questionou-se quais seriam as melhores metodologias e os desafios para a coleta de dados sobre emissões financiadas e se seria benéfico estabelecer a divulgação de compromissos voluntários de planos de transição pelas instituições financeiras.

Em resposta, a Associação Brasileira de Internet (Abranet) sugeriu que uma obrigação legal ou regulatória para que empresas calculem e divulguem seus

inventários é uma possível solução para o baixo número de empresas que publicam seus dados.

Haverá ainda uma nova consulta pública no segundo semestre deste ano, mas desta vez já com a proposta normativa. A previsão é que a última etapa seja concluída em 2025.

IV Governo mantém imposto para inibir importação de resíduos de papel, plástico e vidro

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu, no dia 11 de julho, manter as tarifas de importação de resíduos de papel, plástico e vidro, anteriormente fixadas em 18%.

A elevação da taxa iria expirar dia 31 de julho, contudo, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) afirmou que a medida tomada em julho de 2023 apresentou efeitos positivos, reduzindo as importações de resíduos plásticos e de papel, o que contribui com o mercado nacional de reciclagem e promove a gestão adequada dos resíduos.

De acordo com o MDIC, a maior parte dos resíduos importados, em todos os códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCMs) abrangidos pela medida, é proveniente de países fora do Mercosul, o que reforça a importância da medida para evitar a entrada de materiais de baixa qualidade ou com origem duvidosa.



Âmbito Internacional

I GRI lança novo serviço para ajudar empresas a cumprirem com padrões de relatório de sustentabilidade da UE

A Global Reporting Initiative (GRI) anunciou o lançamento de seu novo serviço GRI-ESRS Linkage, destinado a permitir que as empresas alinhem seus relatórios aos Padrões Europeus de Relatórios de Sustentabilidade (ESRS), que fundamentam a nova Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) da União Europeia (UE).

Os ESRS, oficialmente adotados pela Comissão Europeia em 2023, e desenvolvido pelo European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG), estabelecem as regras e requisitos para que as empresas relatem impactos, oportunidades e riscos relacionados à sustentabilidade sob a CSRD. A Diretiva, que começou a ser aplicada a algumas empresas no início de 2024, demanda que as empresas forneçam informações detalhadas sobre suas atividades e impactos em aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG).

Após a confirmação em 2023 de que se havia alcançado um alto nível de interoperabilidade entre os ESRS e os Padrões da GRI, as organizações EFRAG e GRI anunciaram subsequentemente que aprofundariam sua cooperação sobre os relatórios de sustentabilidade e colaborariam em áreas como desenvolvimento de padrões de relato e treinamento, além de lançar um Índice de Interoperabilidade GRI-ESRS, uma nova ferramenta que descreve como os requisitos de divulgação e pontos de dados nos ESRS e nos padrões da GRI se relacionam, prevenindo a necessidade de “relato duplo” para entidades que divulgam sob ambos os sistemas.

Com o novo serviço, a GRI examinará o índice de conteúdo GRI de uma empresa relatora e fornecerá feedback sobre conexões específicas GRI-ESRS, incluindo explicações sobre áreas em que as divulgações se alinham ou não. A GRI também fornecerá feedback sobre Áreas Temáticas dos ESRS cobertas pelas divulgações de tópicos materiais da organização relatora e fornecerá sugestões sobre como estruturar a declaração de sustentabilidade dos ESRS, além de entregar uma lista de todos os pontos de dados dos ESRS que não têm conexões com os padrões da GRI.

II | Presidente da comissão da UE promete novo acordo para desenvolvimento de indústrias descarbonizadas

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, comprometeu-se a introduzir um novo “Acordo de Indústria Limpa” no início de seu segundo mandato, com o objetivo de direcionar investimentos para infraestrutura e indústria, especialmente nos setores intensivos em energia, para apoiar os objetivos de descarbonização, crescimento e competitividade industrial da UE.

Em uma declaração antes de sua reeleição, no dia 18 de julho, von der Leyen prometeu apresentar o novo Acordo nos primeiros 100 dias do novo mandato, com a nova iniciativa destinada a “ajudar a criar mercados líderes em tudo, desde aço limpo até tecnologia limpa, e acelerará o planejamento, a licitação e a concessão de licenças.” Destacando os

benefícios competitivos do plano, Von der Leyen acrescentou: “Precisamos ser mais rápidos e simples. Porque a Europa está descarbonizando e industrializando ao mesmo tempo. Nossas empresas precisam de previsibilidade para seus investimentos e inovação.”

Durante seu primeiro mandato, uma das principais ações de von der Leyen foi o lançamento do Acordo Verde Europeu em 2019, que delineou uma estratégia para alcançar objetivos transformacionais, incluindo fazer da Europa o primeiro continente neutro em carbono do mundo, alcançar emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050 e reduzir as emissões em pelo menos 55% até 2030, além de desvincular o crescimento do uso de recursos. O lançamento do Acordo Verde foi seguido por uma gama de legislações e regulamentos, abrangendo áreas como restauração da natureza, transporte sustentável, navegação e mobilidade, descarbonização de edifícios, impostos sobre carbono e aumento dramático da capacidade de energia renovável, entre outros.

Von der Leyen reiterou o compromisso de “manter o curso” no Acordo Verde e nos objetivos de 2030 e 2050, e também prometeu “inscrever nossa meta de 90% para 2040 em nossa Lei do Clima Europeia”.

A presidente da Comissão da UE também mencionou os esforços necessários para superar as lacunas entre os objetivos ambientais e as necessidades agrícolas, incluindo o lançamento do Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura na Europa, reunindo agricultores, grupos ambientais e outros especialistas da cadeia alimentar.

III ESMA orienta empresas a se prepararem para novos requisitos de relatórios de sustentabilidade da CSRD

A Autoridade Europeia de Valores Mobiliários e Mercados (ESMA) emitiu uma Declaração Pública com o objetivo de ajudar as empresas a se prepararem para os novos requisitos de relatórios de sustentabilidade e supervisão sob a Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) da UE.

A CSRD passou a ter efeito no início de 2024 para grandes empresas de interesse público com mais de 500 empregados, com os primeiros relatórios programados para começar em 2025. Em seguida, empresas com mais de 250 funcionários ou €40 milhões em receita terão que se adaptar em 2026, e PMEs listadas deverão seguir as novas exigências a partir de 2027.

O regulamento CSRD oferece um alívio transitório de três anos para empresas que enfrentam dificuldades em obter informações completas de suas cadeias de valor. Durante esse período, as empresas devem realizar avaliações para identificar as lacunas e aprimorar suas informações.

A ESMA alerta que o ESRS não prevê casos em que a ausência de dados justifique a omissão de informações materiais. Além disso, é crucial revisar o processo de materialidade, a fim de cumprir os requisitos de dupla materialidade do CSRD e garantir total transparência, com relatórios bem estruturados, incluindo os riscos e o impacto das questões de sustentabilidade em uma empresa, bem como sobre os impactos das empresas no meio ambiente e na sociedade.

A Declaração emitida destaca a necessidade de estabelecer governança e controles internos eficazes, realizar avaliações de materialidade, e garantir transparência sobre as isenções transitórias oferecidas pela regulamentação.

Além disso, as empresas devem preparar relatórios prontos para digitalização e assegurar a conectividade entre informações financeiras e de sustentabilidade.

Por fim, a ESMA enfatiza a importância de ajustar os sistemas de coleta e gerenciamento de dados para atender aos requisitos detalhados dos ESRS (European Sustainability Reporting Standards), que podem ser desafiadores, especialmente na fase inicial.

Para mais informações acessar: [ESG Today](#) e [ESMA](#).



IV OEA adota declaração de Assunção para eliminar violências e combater mudança climática

A Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou recentemente a declaração de Assunção, ao concluir sua 54ª assembleia geral na capital paraguaia.

A declaração estabelece um compromisso dos países membros para enfrentar e eliminar a violência, ao mesmo tempo em que combate os efeitos das mudanças climáticas e o crime organizado.

Em relação ao tema de mudança climática, os países membros se comprometeram a priorizar políticas públicas que objetivam o combate às mudanças climáticas e também a proteção do meio ambiente.

Quanto ao combate à insegurança, a declaração propõe incentivar ações para enfrentar os desafios existentes em matéria de segurança.

Além disso, discutiu-se a situação atual de países membros, como Equador e Bolívia, e foi aprovada uma resolução para que a OEA acompanhe a situação da Nicarágua. O país se retirou da organização no ano passado, a pedido de seu presidente atual.

Para mais informações acessar: **Exame**.

V Pesquisa mostra que negociadores de M&A estariam dispostos a pagar prêmio por empresas com alta maturidade em ESG

Uma pesquisa realizada pela KPMG revelou que a diligência devida em ESG (ambiental, social e governança) está se tornando cada vez mais importante nas transações de fusões e aquisições (M&A). Conforme descoberto pelo estudo, a maioria dos negociadores de M&A está disposta a pagar um prêmio por empresas com alta maturidade em ESG, e mais da metade já encontrou obstáculos relacionados a esse tema durante as negociações.

Para o relatório, Global ESG Due Diligence + Study 2024, foram entrevistados mais de 600 negociadores ativos de M&A em 35 regiões da Europa, Oriente Médio e África, Ásia-Pacífico e Américas. A pesquisa descobriu que os fatores ESG estão desempenhando um papel crescente nas negociações, com 71% dos respondentes relatando que as considerações de ESG aumentaram em importância nas transações nos últimos 12 a 18 meses e 82% dizendo que essas considerações estão em sua agenda de M&A, um aumento em relação aos 74% em uma pesquisa focada nos EUA no ano passado.

A crescente importância do ESG parece se refletir nos resultados e avaliações das transações, de acordo com a pesquisa, com mais da metade dos negociadores relatando que encontraram “obstáculos” no processo de due diligence em ESG, e mais de um terço relatando que as descobertas de ESG levaram a consequências como redução no preço de compra, enquanto quase 60% disseram que estariam dispostos a pagar um prêmio por um alvo que demonstrasse um alto nível de maturidade em ESG alinhado com suas prioridades no tema.

A pesquisa também destacou que investidores financeiros estão mais avançados na integração de ESG em suas decisões de M&A em comparação com investidores corporativos. Por exemplo, 70% dos investidores financeiros descreveram sua abordagem de due diligence em ESG como líder de mercado ou razoavelmente madura, em comparação com apenas 40% de seus pares investidores corporativos. Investidores financeiros também são mais propensos a buscar empresas com potencial de “transformação ESG” ou desempenho superior

nessa área. Esses investidores veem o ESG não apenas como uma necessidade regulatória, mas como uma oportunidade de identificar e capitalizar riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, o que pode adicionar valor significativo às transações.

Além disso, a pesquisa identificou que fatores climáticos, como a pegada de carbono e os planos de descarbonização, são considerados os tópicos mais importantes na due diligence em ESG. Outros fatores-chave incluíram características ambientais ou sociais de produtos, como ecodesign e circularidade, bem como a triagem de controvérsias em ESG e práticas trabalhistas.

Por fim, a pesquisa indica que a due diligence em ESG está se tornando uma parte fundamental do processo de M&A, impulsionada por uma combinação de pressões regulatórias, mudanças nas expectativas das partes interessadas e a percepção crescente de que o desempenho em ESG pode ter um impacto significativo no valor das transações.

O estudo pode ser acessado no seguinte [link](#).



Outras Notícias Interessantes

I Estudo da MSCI conclui que classificações ESG mais altas reduzem custo de capital para empresas

Um estudo recente da MSCI revela que empresas com classificações mais altas em critérios ESG (ambiental, social e de governança) possuem custos de financiamento mais baixos. O estudo mostra que essas empresas, ao adotarem práticas mais sustentáveis e responsáveis, atraem investidores dispostos a aceitar menores retornos, o que diminui o custo de financiamento. Isso indica que uma boa classificação ESG pode melhorar as condições financeiras das empresas e tornar mais atraente o seu perfil para investidores. A notícia pode ser acessada no seguinte [link](#).

II 3M Investe em empresa de tecnologia de hidrogênio verde, Ohmium

A 3M anunciou que fez um investimento estratégico na empresa de tecnologia em hidrogênio verde Ohmium International, como parte de seus esforços para expandir sua atuação em tecnologias climáticas emergentes. A notícia pode ser acessada no seguinte [link](#).

III ONU alerta: o mundo não está cumprindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O novo relatório da ONU, lançado em 28 de junho, alerta que menos de um quinto das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) está progredindo corretamente, indicando que o mundo não está cumprindo suas promessas. O Relatório sobre os ODS 2024 enfatiza que, sem investimentos maciços e ações em escala, alcançar essas metas permanecerá indefinido, destacando que atingir os ODS é fundamental para enfrentar os desafios globais. A notícia pode ser acessada no seguinte [link](#).

IV No G20, Brasil endossa criação de 18º ODS para combater discriminação racial

No dia 23 de julho, a ministra de Igualdade Racial, Anielle Franco, discursou sobre a necessidade da consolidação da criação do 18º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De acordo com ela, o Brasil segue comprometido em promover a igualdade étnico-racial, que é um imperativo para construir um mundo mais justo, inclusivo e sustentável. A notícia pode ser acessada no seguinte [link](#).

V CVM divulga comunicado do GAFI/FATF sobre países com potencial risco ao sistema financeiro

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou este mês o Informe “CVM 2/24: Comunicação GAFI/FATF”. O documento trata da comunicação do Grupo de Ação Financeira contra Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo a respeito de países e jurisdições que, de acordo com o organismo, possuem deficiências estratégicas na prevenção deste tipo de crime. A notícia pode ser acessada no seguinte [link](#).



VI Relatório do Pnud aponta oportunidades em justiça, tecnologia e resiliência

Apesar de apenas 17% dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) provavelmente serem alcançados até 2030, o novo relatório Signals Spotlight do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) traz sinais de mudanças positivas, embora reconheça que o cenário atual é preocupante. Lançado durante a Reunião Ministerial de Desenvolvimento do G20, o relatório destaca o reconhecimento crescente da necessidade de alternativas aos modelos econômicos atuais e a criação de órgãos públicos focados no futuro. Além disso, direitos da natureza começam a ser incorporados em constituições, leis e conselhos corporativos. A notícia pode ser acessada no seguinte [link](#).

VII BNDES projeta R\$ 32 bilhões em investimentos do Fundo Clima em dois anos

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou uma previsão de R\$ 32 bilhões em investimentos do Fundo Clima nos próximos dois anos. Esses fundos serão alocados para projetos que incentivem a sustentabilidade ambiental, como energia renovável, conservação de florestas e tecnologias de

baixo carbono. Além disso, o BNDES apresentou o Programa BNDES Invest Impacto, que oferece uma maneira mais fácil para os governos estaduais apresentarem seus projetos de investimento. A notícia pode ser acessada no seguinte [link](#).

VIII China suspende produção de aço à base de carvão pela primeira desde 2020

Pela primeira vez, desde que a China anunciou seus principais objetivos climáticos, em 2020, nenhum projeto com produção de aço à base de carvão foi permitido. Acredita-se que essa decisão pode ser um ponto de virada de no progresso da descarbonização. A notícia pode ser acessada no seguinte [link](#).

IX Paraná estende prazo de inscrição de empresas para o comitê público-privado de ESG

Estabelecido em 2021, o comitê técnico público-privado de ESG do Paraná foi criado a fim de reunir líderes em torno de ações voltadas para questões ambientais, sociais e de governança. A iniciativa busca promover a colaboração entre instituições públicas e privadas, compartilhar práticas globais e implementar projetos sustentáveis. O objetivo é transformar o Paraná em um modelo nacional de gestão ambiental, responsabilidade social, ética e governança. A notícia pode ser acessada no seguinte [link](#).

Equipe Responsável:



Maria João Rolim
m.j.rolim@rolim.com



Thiago Pastor
t.pereira@rolim.com



Luis Gustavo Miranda
l.miranda@rolim.com



Paulo Fernandes
p.fernandes@rolim.com



Marcus Vinícius N. Vaz
m.vaz@rolim.com



Vivian Marcondes
v.oliveira@rolim.com



Amanda Pacheco
a.pacheco@rolim.com



**Rolim
Goulart
Cardoso**

São Paulo
+55 (11) 3723-7300

Rio de Janeiro
+55 (21) 3543-1800

Belo Horizonte
+55 (31) 2104-2800

Brasília
+55 (61) 3424-4400

Düsseldorf
+(490) 211 688 519 26

Lisboa
+(351) 21 587 41 40